

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

93 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 13 a 17/9/2021):

1. SESSAO PLENARIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate sobre o estado da União com Ursula von der Leyen	1
Regiões ultraperiféricas e criação de uma macrorregião atlântica	2
China	3
Afeganistão	3
Saúde	3
Outros debates e resoluções	4
2. RELAÇÕES UNIÃO EUROPEIA - REINO UNIDO	4
4. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA	5
5. COMISSÃO EUROPEIA NOVO BAUHAUS EUROPEU	6
6. COMISSÃO EUROPEIA ESTRATÉGIA PARA O INDO-PACÍFICO	6
7. COMISSÃO EUROPEIA AUTORIDADE EUROPEIA DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS (HERA)	A A 7
8. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA RELATÓRIO	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7



1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Realizou-se, esta semana, a sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, destacando-se¹:

Debate sobre o estado da União com Ursula von der Leyen

No dia 15, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, proferiu o <u>discurso anual do estado da União</u> (disponível em português <u>aqui</u>), seguido de um debate com os Deputados ao PE. Intitulada *Fortalecer a alma da nossa união*, abordou os principais desafios que a União Europeia (UE) enfrenta, tendo como pano de fundo as seis prioridades políticas anunciadas pela Comissão em 2019 (o PE disponibiliza uma síntese analítica sobre esta matéria <u>aqui</u>) e o impacto da COVID-19.

Nesta ocasião, a Presidente da Comissão Europeia enviou igualmente uma <u>carta de intenções</u> a David Sassoli, Presidente do PE, e ao primeiro-ministro esloveno Janez Janša, que assume atualmente a Presidência do Conselho, com as principais ações da Comissão no próximo ano.

PRINCIPAIS INICIATIVAS A APRESENTAR EM 2022

Pacto Ecológico Europeu

- Proposta legislativa relativa à gestão integrada dos recursos hídricos poluentes das águas superficiais e subterrâneas
- Proposta legislativa relativa à certificação das remoções de carbono
- Proposta legislativa relativa ao direito à reparação
- Proposta legislativa relativa a um quadro da UE para a medição harmonizada das emissões dos setores dos transportes e da logística
- Proposta legislativa para reduzir a libertação de microplásticos no ambiente e restringir a adição de microplásticos aos produtos

Uma Europa Preparada para a Era Digital

- Lei europeia no domínio da ciber-resiliência
- Lei europeia no domínio dos circuitos integrados
- Roteiro para as tecnologias de segurança e defesa
- Proposta legislativa relativa à criação de um sistema de comunicação global seguro da UE baseado no espaço
- Revisão da política de concorrência: adequação aos novos desafios
- Proposta de recomendação do Conselho relativa à melhoria da oferta de competências digitais
- Proposta legislativa relativa a um instrumento de emergência para o mercado único
- Proposta legislativa relativa aos serviços digitais de mobilidade multimodal

Uma Economia ao serviço das Pessoas

- Proposta legislativa relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto no local de trabalho
- Proposta legislativa para facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao capital
- Iniciativa sobre pagamentos imediatos na UE
- Execução do Plano de Ação para a Criação de uma União dos Mercados de Capitais, incluindo a iniciativa de harmonização de certos aspetos do direito substantivo em matéria de processos de insolvência

- Proposta legislativa relativa à aplicação do acordo global da OCDE sobre a reafetação de direitos de tributação
- Proposta legislativa relativa à aplicação do acordo global da OCDE sobre a tributação mínima efetiva

Uma Europa mais Forte no Mundo

- Iniciativa Ponte Global no domínio da conectividade
- Alteração do Regulamento Estatuto de Bloqueio
- Estratégia em matéria de compromisso energético internacional
- Comunicação conjunta sobre a governação internacional dos oceanos
- Comunicação conjunta sobre uma parceria com o Golfo

Promoção do Modo de Vida Europeu

- Estratégia europeia de cuidados de saúde
- Proposta legislativa relativa à obrigação de as transportadoras comunicarem antecipadamente dados sobre os passageiros
- Proposta legislativa relativa a um quadro para o acesso recíproco a informações relacionadas com a segurança pelos agentes de primeira linha da UE e dos principais países terceiros, a fim de combater as ameaças comuns à segurança
- Proposta de atualização da Recomendação do Conselho sobre o rastreio do cancro

Um Novo Impulso para a Democracia Europeia

- Lei sobre a liberdade dos meios de comunicação
- Iniciativa legislativa relativa à transferência de processos penais
- Proposta legislativa sobre o reconhecimento mútuo da parentalidade entre Estados-Membros

O PE disponibilizou um <u>sumário do debate</u> (o *Politico* fez a <u>cobertura</u> em tempo real, <u>aqui</u>), tendo Ursula von der Leyen salientado que a UE escolheu enfrentar a pandemia "como uma só Europa", recordando a sua posição de **liderança mundial em taxas de vacinação**, e tendo partilhado simultaneamente metade da sua produção de vacinas com o resto do mundo. Mencionou que a prioridade agora é acelerar a vacinação global e prosseguir os esforços na Europa para preparar bem futuras pandemias.

-

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE



Das iniciativas emblemáticas anunciadas no discurso, destacamos:

- uma **proposta de lei europeia no domínio dos circuitos integrados** ("*European Chips Act*") com o objetivo de interligar as capacidades de investigação, conceção e ensaio de craveira mundial no respeitante a semicondutores;
- uma **nova estratégia de conetividade** para <u>fazer face</u> à *Belt and Road Initiative* da <u>China</u>, chamada **Ponte Global** (*Global Gateway*);
- um **novo programa, intitulado ALMA**, que dará aos **jovens** a possibilidade de terem uma experiência profissional temporária noutro Estado-Membro, algo "como o Erasmus, para poderem adquirir competências, estabelecer contactos e criar a sua própria identidade europeia". **2022 será o ano europeu da juventude**;
- no domínio da política externa e de segurança, a legislação sobre a ciber-resiliência europeia, bem como o anúncio de uma **cimeira europeia de defesa** e da <u>Cimeira UE-África, que se realizará em fevereiro de 2022</u>, ambas durante a presidência francesa do Conselho da UE.

O debate começou com as as **intervenções dos líderes dos grupos políticos**, tendo <u>Manfred Weber (PPE, Alemanha)</u> referido as consequências sociais e económicas da crise da COVID-19, e defendido um programa comercial de emergência UE-EUA para os setores da mobilidade e do digital, bem como ao reforço da defesa europeia, com uma força de reação rápida, e à transformação da Europol num FBI europeu.

<u>Iratxe García Pérez (S&D, Espanha)</u> avaliou positivamente a luta da UE contra a pandemia e as suas consequências: "70% da população está vacinada, a liberdade de circulação é novamente uma realidade e os fundos do Next Generation EU já estão a ser distribuídos". Salientou, porém, que "não fizemos o suficiente para garantir o bem-estar dos cidadãos", observando que a crise exacerbou as desigualdades.

Dacian Cioloş (Renew Europe, Roménia) criticou a Comissão por se empenhar mais na relação com o Conselho do que com o PE, instando-a a começar a utilizar o mecanismo de condicionalidade do Estado de direito da UE - em vigor há quase um ano mas nunca aplicado. Philippe Lamberts (Verdes/ALE, Bélgica) exigiu mais ambição climática: "é tempo de aplicar os objetivos olímpicos aos nossos esforços para salvar o planeta" e lamentou ainda que a principal preocupação dos países da UE em relação ao Afeganistão seja evitar que qualquer afegão "ponha os pés" em território europeu. Jörg Meuthen (ID, Alemanha) criticou o Pacto Ecológico Europeu, o fundo de recuperação e o pacote climático Objetivo 55, considerando que implicam "despesas maciças". Raffaele Fitto (ECR, IT) considerou que, relativamente ao Estado de direito, "o que está a acontecer na Polónia é o resultado da imposição política de uma maioria que não respeita as competências dos Estados individuais". Martin Schirdewan (Grupo da Esquerda, DE) afirmou que Ursula von der Leyen "teceu elogios a si própria, mas não deu quaisquer respostas aos problemas de hoje", instando ao levantamento das patentes das vacinas.

Intervieram no debate os seguintes Deputados portugueses <u>Pedro Marques (S&D)</u>, <u>João Pimenta Lopes (Grupo da Esquerda)</u>, <u>Paulo Rangel (PPE)</u> e <u>Carlos Zorrinho (S&D)</u>.

Regiões ultraperiféricas e criação de uma macrorregião atlântica

Foram aprovados dois <u>relatórios</u> com a <u>visão do PE para a nova estratégia da UE para as regiões ultraperiféricas</u>, propondo a criação de uma macrorregião atlântica (<u>Relatório "Para um reforço da parceria com as regiões ultraperiféricas da União"</u> e <u>Relatório sobre "Uma Nova Abordagem da Estratégia Marítima para a Região Atlântica"</u>). Todas as intervenções, incluindo da comissária europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, estão disponíveis <u>aqui</u>.



China

O PE aprovou um <u>relatório sobre uma nova estratégia UE-China</u>, propondo que assente em **seis pilares**: *i) diálogo aberto e cooperação sobre os desafios globais*; *ii) empenho reforçado em relação aos* valores universais, às normas internacionais e aos direitos humanos; iii) análise e identificação dos riscos, das vulnerabilidades e dos desafios; iv) estabelecimento de parcerias com parceiros que partilhem as mesmas ideias; v) fomento da autonomia estratégica aberta, inclusive nas relações comerciais e de investimento; vi) e defesa e promoção dos principais interesses e valores europeus mediante a transformação da UE num interveniente geopolítico mais eficaz.

O texto inclui referências a <u>Macau</u>, referindo-se que "depois de proibirem cerimónias para assinalar o aniversário do massacre de Tiananmen e de pressionarem as organizações de comunicação social a adotarem uma linha editorial pró-China, este verão, as autoridades chinesas excluíram 21 candidatos, a maioria dos quais membros de movimentos pró-democracia", da participação nas eleições legislativas em Macau, realizadas no dia 12 de setembro.

Por outro lado, solicita-se que a <u>China autorize um inquérito independente e transparente</u> sobre as origens e propagação do vírus SARS-COV-2. No que diz respeito à relação comercial e de investimento, o PE reitera que "a apreciação e o processo de ratificação do Acordo Global de Investimento UE-China não poderão começar até que sejam levantadas as sanções chinesas contra deputados ao Parlamento Europeu e instituições da UE". Ainda neste âmbito, insta-se a Comissão e o Conselho a avançarem para um acordo bilateral de investimento com Taiwan. Finalmente, o PE condena as violações dos <u>direitos humanos na China</u>, solicitando que seja realizada uma avaliação comparativa sólida dos progressos realizados (incluindo Xinjiang, na Mongólia Interior, no Tibete e em Hong Kong). O PE salienta ainda a necessidade de dotar o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) de um mandato e dos recursos necessários para controlar e abordar as operações de desinformação chinesas, incluindo a criação de um Grupo de Trabalho "Far-East StratCom". Intervieram no debate os Deputados portugueses <u>Pedro Marques, em nome do grupo S&D</u> e <u>Isabel Santos (S&D)</u>.

Importa, igualmente, dar nota de que o <u>Primeiro-Ministro esloveno Janez Janša, Presidente em exercício do Conselho da UE, escreveu uma carta aos membros do Conselho Europeu</u> (disponível aqui), em que os exorta a apoiar a Lituânia na Cimeira de 6 de outubro, referindo que "*Devemos mostrar uma solidariedade mais pró-activa e assertiva com a Lituânia. Temos de mostrar à China que nos apoiamos mutuamente, e que não deixaremos que ameace nenhum de nós.*" O contexto desta missiva é a tensão entre a Lituânia e a China depois daquele Estado-Membro ter decidido retirar-se do projeto <u>17+1</u> e ter permitido que Taiwan estabeleça uma missão diplomática de facto em Vilnius, tendo a China retaliado com a <u>expulsão do Embaixador lituano</u> em Pequim.

Afeganistão

Realizou-se um <u>Debate e resolução sobre a situação humanitária e de segurança no **Afeganistão**, com Josep Borrell, tendo sido aprovada uma <u>resolução</u> em que o PE condena a violenta tomada do poder pelos talibãs no Afeganistão, apela ao reforço da ajuda humanitária e a uma resposta coordenada para proteger os mais vulneráveis. Intervieram no debate os Deputados portugueses <u>Pedro Marques (S&D)</u> e <u>Paulo Rangel (PPE)</u>. O *think tank* do PE disponibilizou um estudo sobre as possibilidades de envolvimento da UE no Afeganistão, disponível <u>aqui</u>.</u>

Saúde

O PE aprovou o seu mandato para negociar com o Conselho as propostas legislativas sobre as <u>ameaças transfronteiriças graves para a saúde</u> e o reforço do <u>mandato do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças</u>. As relatoras são <u>Joanna Kopcińska</u> (ECR, Polónia) e <u>Véronique Trillet-Lenoir</u> (Renew Europe, França), tendo sido formuladas várias alterações para melhorar a cooperação entre os



Estados-Membros e colmatar outras deficiências evidenciadas durante a crise da COVID-19. Intervieram no debate os Deputados portugueses <u>João Pimenta Lopes</u>, em nome do Grupo da Esquerda, e <u>Sara Cerdas</u>, relatora-sombra do grupo S&D para a proposta relativa às ameaças transfronteiriças graves para a saúde, e que será um dos membros da equipa de negociação do PE.

Outros debates e resoluções

- Debate sobre o Pacote Legislativo Fit for 55
- Votação sobre migração legal: regime de acesso de trabalhadores altamente qualificados
- Relações com a Rússia
- Polónia: comunicação social e estado de direito
- PE apela ao estabelecimento de uma Entidade para a Ética
- Pescas: como atrair os jovens para o setor
- <u>Alteração do acordo UE-Cabo Verde sobre a facilitação da emissão de vistos</u>

<u> 2. REL</u>AÇÕES UNIÃO EUROPEIA - REINO UNIDO

Na <u>Síntese n.º 92</u>, demos nota de que o Governo britânico havia anunciado unilateralmente um adiamento sine die das regras previstas no <u>Protocolo sobre a Irlanda do Norte</u> no que diz respeito à inspeção de <u>mercadorias enviadas</u> da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte, do qual a Comissão Europeia tomou <u>nota</u>.

Após ter visitado a <u>Irlanda do Norte</u> na passada semana, o Vice Presidente da Comissão Europeia responsável por esta matéria, Maroš Šefčovič, informou os Deputados ao PE de que serão apresentadas propostas para resolver este impasse até meio de outubro. A abordagem da Comissão é a de manter as linhas de comunicação abertas e, não aceitando a renegociação do Protocolo, ter abertura para encontrar soluções de compromisso flexíveis que resolvam as dificuldades em alguns setores (medicamentos, por exemplo).

3. REGRAS ORÇAMENTAIS

No seu discurso sobre o Estado da União (cfr. ponto 1), a Presidente da Comissão Europeia referiu que "quando olhamos para o futuro, temos igualmente de refletir sobre o modo como a crise alterou os contornos da economia — do aumento da dívida ao impacto desigual nos diversos setores, passando pelas novas formas de trabalho. Para tal, a Comissão relançará o debate sobre a revisão da governação económica nas próximas semanas. O objetivo é chegar a um consenso sobre o caminho a seguir, bem a tempo de 2023."

Este tema foi objeto de debate no Conselho informal de Ministros da Economia e Finança (ECOFIN) dos passados dias 10 e 11 de setembro (síntese aqui), nomeadamente a resposta à questão de como gerir um *stock* elevado de dívida pública, que aumentou significativamente com a pandemia da Covid-19, e regressar a políticas orçamentais menos expansivas sem impedir o investimento público para acelerar a transição da UE para a neutralidade climática. Esta equação complexa será uma das questões centrais na próxima reflexão sobre a reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento, cuja aplicação foi derrogada até ao final de 2022.

Os chamados "países frugais" (Áustria, Dinamarca, Finlândia, Letónia, República Checa, Países Baixos, Eslováquia e Suécia) divulgaram uma carta aos seus homólogos antes do Conselho, onde referem que "Finanças públicas sólidas são um pilar central da adesão à UE e da União Económica e Monetária. Políticas orçamentais sustentáveis, combinadas com reformas que favoreçam o crescimento, devem continuar a constituir a base do quadro europeu de governação fiscal e económica". Consideram



que "A redução dos rácios da dívida excessiva deve continuar a ser um objectivo comum", ainda que não se oponham a uma revisão do Pacto de Estabilidade, desde que a reforma conduza a uma simplificação, melhor implementação e maior cumprimento das regras orçamentais.

O Ministro das Finanças alemão e candidato a Chanceler, Olaf Scholz (SPD), disse que as regras orçamentais existentes, que provaram a sua utilidade e "flexibilidade" durante a pandemia, deveriam ser preservadas. "Todos sabem que devemos regressar aos critérios de estabilidade, mas todos sabem também que isto requer uma transição"

Recorde-se que, como demos nota na <u>Síntese n.º 89</u>, o PE aprovou em julho, com base no relatório da Deputada portuguesa Margarida Marques (S&D), uma resolução sobre a <u>Revisão do quadro legislativo macroeconómico</u>, em que sublinha que este <u>deve ser revisto antes da desativação da Cláusula de Derrogação de Âmbito Geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento</u>, que permitiu aos Estados-Membros lidar adequadamente com a crise. Considera-se que a <u>revisão não deve prejudicar a recuperação económica</u>, nomeadamente através de uma retirada prematura do apoio. Esta é a contribuição do Parlamento Europeu para o debate público que a Comissão Europeia deverá lançar no Outono sobre a revisão das regras, a que aludimos na <u>Síntese n.º 88</u> (ponto 3).

4. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA

Na sua reunião do passado dia 9 de setembro, o Conselho do BCE <u>considerou</u> que, com base numa avaliação conjunta das condições de financiamento e das perspetivas de inflação, podem ser mantidas condições de financiamento favoráveis com um ritmo moderadamente menor de aquisições líquidas de ativos ao abrigo do programa de compra de ativos devido a emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme – PEPP*) do que nos dois trimestres anteriores. O Conselho do BCE confirmou ainda as suas restantes medidas, nomeadamente:

Taxas de juro diretoras do BCE: A taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 0,00%, 0,25% e -0,50%, respetivamente.

Programa de compra de ativos: As aquisições líquidas ao abrigo do APP prosseguirão a um ritmo mensal de 20 mil milhões de euros. O Conselho do BCE continua a esperar que as aquisições mensais líquidas de ativos no contexto do APP decorram enquanto for necessário para reforçar o impacto acomodatício das suas taxas diretoras e que cessem pouco antes de começar a aumentar as taxas de juro diretoras do BCE.

Programa de compra de ativos devido a emergência pandémica: continuará a aquisição líquida de ativos ao abrigo do PEPP, com uma dotação total de 1850 mil milhões de euros, no mínimo, até ao final de março de 2022 e, em qualquer caso, até considerar que o período de crise do coronavírus terminou.

Operações de refinanciamento: continuará a proporcionar ampla liquidez através das suas operações de refinanciamento (e.g. a terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas, que são uma fonte de financiamento atrativa para os bancos, apoiando a concessão de crédito bancário às empresas e às famílias). O comunicado de imprensa, em que são detalhadas estas medidas, está disponível <u>aqui</u>.



5. COMISSÃO EUROPEIA | NOVO BAUHAUS EUROPEU

A Comissão Europeia <u>adotou</u> esta semana uma <u>comunicação</u> na qual define o conceito de <u>Novo Bauhaus Europeu</u>. Com o objetivo de acelerar a transformação de vários setores económicos, o Novo Bauhaus Europeu introduz uma dimensão cultural e criativa no Pacto Ecológico Europeu, promovendo soluções estéticas, sustentáveis e inclusivas para os nossos espaços de vida. Serão disponibilizados, em 2021-2022, 85 milhões de euros em financiamento para este projeto, que provirão de programas da UE como o <u>Horizonte Europa, programa LIFE</u> e <u>FEDER</u>.

A Comissão convidará os Estados-Membros a **integrar os valores do Novo Bauhaus Europeu** nas respetivas estratégias de desenvolvimento territorial e socioeconómico e a mobilizar os elementos pertinentes dos seus **planos de recuperação e resiliência**, bem como dos programas relacionados com a política de coesão. Fundará ainda um <u>laboratório do Novo Bauhaus Europeu</u>, um grupo de reflexão e de ação que se destina a criar, desenvolver protótipos e testar ferramentas, soluções e ações que permitirão facilitar a transformação no terreno.

A Comissão preparou uma secção de perguntas e respostas sobre o tema.

Foram ainda anunciados esta semana pela Comissão os vencedores dos **Prémios Novo Bauhaus Europeu e Estrelas Ascendentes do Novo Bauhaus Europeu**, premiando as boas práticas, exemplos e conceitos que ilustram os valores de sustentabilidade, estética e inclusão do Novo Bauhaus Europeu. A lista de vencedores encontra-se disponível <u>aqui</u>.

6. COMISSÃO EUROPEIA | ESTRATÉGIA PARA O INDO-PACÍFICO

A Comissão e o alto representante adotaram uma Comunicação Conjunta sobre a Estratégia da UE para a cooperação no Indo-Pacífico, contendo ações concretas para reforçar o compromisso estratégico com a região. Tendo presente a importância estratégica da região para a Europa, a execução desta estratégia reflectir-se-á, a título de exemplo, em ações relativas às negociações comerciais (com a Austrália, Nova Zelândia, Índia, ASEAN), celebração de Acordos de Parceria e Cooperação (APC) - por exemplo com a Malásia e Tailândia -, celebração de Alianças e Parcerias Verdes, reforço da governação dos oceanos na região, parcerias digitais e de conetividade, cooperação em investigação e inovação, reforço dos destacamentos navais, apoio aos sistemas de saúde e preparação para as pandemias.

Refira-se ainda que foi <u>anunciada</u> esta semana a criação de uma parceria trilateral de âmbito militar entre os EUA, Austrália e Reino Unido, focada na região Indo-Pacífico e denominada AUKUS. Prevê-se que esta aliança permita elaborar um projeto conjunto de criação de uma nova frota de submarinos nucleares na Austrália, insistindo contudo este país que <u>não terá intenção de perseguir armas nucleares e respeitará o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares</u>. Embora nenhum dos três líderes o tenha mencionado, esta aliança é interpretada como <u>resposta ao impulso expansionista da China no Mar do Sul e à crescente beligerância em relação a Taiwan.</u>

A China <u>respondeu</u> já ao anúncio desta parceria, denunciando-a como uma ameaça à paz na região Indo-Pacífico.

Além do anúncio pelos três Estados desta aliança, o Presidente Biden promoverá ainda, na próxima semana, <u>um encontro na Casa Branca com os Primeiros-Ministros da Austrália, Índia e Japão (*Quad Leaders Summit*), reiterando como uma das prioridades da sua administração a relação com a região Indo-Pacífico.</u>



7. COMISSÃO EUROPEIA | AUTORIDADE EUROPEIA DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS (HERA)

A Comissão Europeia lançou ainda a Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), cujo objetivo é prever ameaças e potenciais crises sanitárias através da recolha de informações, desenvolvendo as capacidades necessárias. A HERA intervirá assim na fase de preparação, colaborando com as outras agências de saúde nacionais e da UE, indústria e parceiros internacionais, apoiando a investigação e inovação no desenvolvimento de contramedidas médicas e impulsionando a capacidade industrial. Durante o cenário de crise sanitária, a autoridade é orientada para operações de emergência, incluindo a tomada de decisões rápidas e ativação de medidas e financiamento de emergência. O financiamento destas atividades é garantido por 6 mil milhões de euros do atual Quadro financeiro Plurianual para o período de 2022-2027 e a autoridade estará plenamente operacional a partir do início de 2022.

A Comissão preparou uma seção de perguntas e respostas sobre a HERA, disponível aqui.

8. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | RELATÓRIO

Foi publicado, esta semana, o **primeiro relatório intercalar da Plataforma Digital Multilingue**, disponível <u>aqui</u> em português. Neste trabalho foi feita uma análise de todas as contribuições feitas na plataforma, agrupadas por temas e identificando os assuntos mais debatidos. Estes contributos são recolhidos e analisados através de relatórios que servem para alimentar os trabalhos dos painéis de cidadãos europeus e do Plenário da Conferência. Recordamos que se <u>iniciam hoje</u> os Painéis Europeus de Cidadãos.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Não haverá trabalhos parlamentares.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>22 de setembro</u>, sendo de realçar a Comunicação sobre o futuro sistema generalizado de preferências no comércio com países em desenvolvimento e a Revisão do Solvency II (regras prudenciais para seguradoras).

Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 21.09: Reunião informal dos ministros dos Transportes e da Energia, 21-23 de setembro
- 23.09: Reunião informal dos ministros do Emprego, Política Social e Saúde, 23-24 de setembro

Estrasburgo | 17 de setembro de 2021

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

e Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.